

**LEI Nº 3.560 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2012 no montante de R\$ 150.960.000,00 (cento e cinquenta milhões novecentos e sessenta mil reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5º da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

**CAPÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Seção I  
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 150.960.000,00 (cento e cinquenta milhões novecentos e sessenta mil reais), assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal dos Poderes do Município: R\$ 126.160.000,00 (cento e vinte e seis milhões e cento e sessenta mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 24.800.000,00 (vinte e quatro milhões e oitocentos mil reais), onde:

a) R\$ 15.959.000,00 (quinze milhões novecentos e cinquenta e nove mil reais) compreende receitas de saúde;

b) R\$ 2.034.000,00 (dois milhões e trinta e quatro mil reais) refere-se as receitas de assistência social; e

c) R\$ 6.807.000,00 (seis milhões oitocentos e sete mil reais) representa as receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 3º. A receita orçada será realizada mediante a arrecadação dos tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor.

discriminada no Anexo 01, que integra e acompanha esta Lei, distribuída por categoria econômica e origem, sendo:

RECEITAS	VALOR (R\$)
<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>138.759.000,00</b>
a) Receita Tributária	29.274.000,00
b) Receita de Contribuições	6.614.000,00
c) Receita Patrimonial	1.235.000,00
d) Receita de Serviços	82.000,00
e) Transferências Correntes	89.568.000,00
f) Outras Receitas Correntes	11.986.000,00
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18.080.000,00</b>
a) Operações de Crédito	4.000.000,00
b) Alienação de Bens	-
c) Transferências de Capital	14.080.000,00
<b>III - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.196.000,00</b>
a) Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	3.141.000,00
b) Receitas Correntes Intraorçamentárias	55.000,00
<b>IV - DEDUÇÕES DE RECEITAS (-)</b>	<b>-9.075.000,00</b>
<b>V - TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>150.960.000,00</b>

Art. 4º. As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada no art. 3º estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Seção II  
 Da Fixação da Despesa

Art. 5º. A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discrimina por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 150.960.000,00 (cento e cinquenta milhões novecentos e sessenta mil reais) e desdobrada, nos termos da LDO, em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 111.185.000,00 (cento e onze milhões cento e oitenta e cinco mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 39.775.000,00 (trinta e nove milhões setecentos e setenta e cinco mil reais):

a) R\$ 29.101.000,00 (vinte e nove milhões cento e um mil reais) compreende despesas com saúde;

b) R\$ 3.867.000,00 (três milhões oitocentos e sessenta e sete mil reais) são despesas com assistência social;

c) R\$ 6.807.000,00 (seis milhões oitocentos e sete mil reais) são despesas com o RPPS.

Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II do art. 5º R\$ 14.975.000,00 (quatorze milhões novecentos e setenta e cinco mil reais) serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 165, § 2º da Constituição Federal.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas

Art. 6º. A Despesa total, fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e será realizada através dos Órgãos Orçamentários, mediante o Programa de Trabalho, assim discriminada por Função e Órgão com o seguinte desdobramento:

I – DESPESA POR FUNÇÃO

Nº	FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR (R\$)
01	Legislativa	4.520.000,00
04	Administração	23.087.240,00
08	Assistência Social	3.867.000,00
09	Previdência	4.217.760,00
10	Saúde	29.101.000,00
11	Trabalho	28.000,00
12	Educação	43.255.000,00
13	Cultura	5.647.000,00
15	Urbanismo	6.370.000,00
16	Habitação	61.000,00
17	Saneamento	539.000,00
18	Gestão Ambiental	879.000,00
20	Agricultura	973.000,00
22	Indústria	13.000,00
23	Comércio e Serviços	1.098.000,00
25	Energia	57.000,00
26	Transporte	9.428.000,00
27	Desporto e Lazer	1.037.000,00
28	Encargos Especiais	11.857.000,00
99	Reserva de Contingência	4.925.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÕES</b>	<b>150.960.000,00</b>

II – DESPESAS POR ÓRGÃOS

Nº	NOME DOS ÓRGÃOS ORÇAMENTÁRIOS	VALOR (R\$)
01	PODER LEGISLATIVO	5.335.000,00
02	GABINETE DO PREFEITO	4.117.000,00
03	SECRETARIA DE GOVERNO	459.000,00
04	SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	409.000,00
05	SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	846.000,00
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	23.617.000,00
07	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	293.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	42.826.000,00
09	SECRETARIA DE TURISMO	6.013.000,00
10	SECRETARIA DE SAÚDE	30.000,00
11	SECRETARIA DE DESENV. URBANO E INFRA-ESTRUTURA	25.118.000,00
12	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.330.000,00
13	SECRETARIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	515.000,00
14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	29.904.000,00
15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.453.000,00
16	FUNDECA	787.000,00
17	IPSEG - RPPS	6.807.000,00
18	SECRETARIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	101.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃOS</b>	<b>150.960.000,00</b>

Art. 7º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa:

I - DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR (R\$)
a) DESPESAS CORRENTES	115.848.020,00
b) DESPESAS DE CAPITAL	29.116.980,00
c) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.995.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>150.960.000,00</b>

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 5% (cinco por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e disposições da Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Parágrafo único. A reserva de contingência, estabelecida nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, será utilizada como recursos

orçamentários para suplementação de dotações destinadas ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais, consoante disposições da LDO de 2012, sem onerar o limite autorizado no caput deste artigo.

Art. 9º. O limite autorizado, no art. 8º desta Lei, não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações pertencentes ao mesmo grupo de despesa e de Unidade Orçamentária da Câmara Municipal;

II - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa;

III - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

IV - atender obrigações do sistema previdenciário;

V - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Ensino e de Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

VI - atender despesas vinculadas a convênios, observada à destinação prevista no instrumento respectivo e respeitadas as disposições do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º. As alterações ou inclusões de modalidade de aplicação, bem como as permutas de fontes de recursos, nos grupos de despesas não constituem créditos adicionais ao Orçamento.

§ 2º. Para efeito de execução orçamentária, o remanejamento e a transferência de recursos de um elemento de despesa para outro, dentro da mesma unidade, será feita por Decreto, desde que não altere o valor fixado nos anexos desta Lei para a referida unidade orçamentária.

CAPÍTULO III  
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
Seção Única  
Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação, saneamento e outros investimentos públicos, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções

do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS  
Seção Única  
Das Disposições Gerais

Art.11. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art.12. Na fixação dos valores das dotações para pessoal estão consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, inclusive a expansão das despesas com o aumento do salário mínimo em 2012.

Art.13. O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do art. 14 e às do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

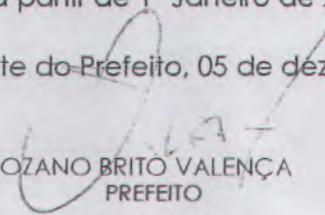
Art. 14. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 15. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. O Decreto que estabelecerá a programação financeira por fontes de recursos será publicado em até 30 (trinta) dias da data da publicação desta Lei.

Art. 16. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º Janeiro de 2012.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2011.

  
OZANO BRITO VALENÇA  
PREFEITO